

JOSÉ BRUNO CARREIRO  
— O ANTERIANISTA \*

por  
GUSTAVO DE FRAGA

Inserido nesta comemoração por convite do Instituto Cultural de Ponta Delgada, que muito me honrou, tenho de começar o exercício do grato dever da evocação da memória do Dr. José Bruno Carreiro como escritor e, particularmente, como anterianista, fazendo notar que a pessoa mais indicada para estar no meu lugar seria o Dr. Ruy Galvão de Carvalho, neste momento atingido por sucessos imprevisíveis da sua vida familiar. Com efeito, seria ele, para quem José Bruno Carreiro, em 26 de Outubro de 1930, escrevia que estava «em febre de trabalhos anterianos», sobre os quais muito teriam de conversar, em regressando da Terceira a Ponta Delgada, pela amizade, pela comunidade no estudo contínuo da figura de Antero de Quental, do espólio, da biografia em geral e da correspondência, a pessoa indicada para, com a eloquência que provém da recordação viva, nos dizer o que foi como anterianista o biógrafo por excelência da grande e trágica figura do poeta e pensador açoriano.

---

\* Conferência proferida no auditório da Biblioteca Pública de Ponta Delgada, no centenário do nascimento do Dr. José Bruno Carreiro.

Distanciado por mais de quarenta anos na geração, não poderei, com efeito, evocar um testemunho pessoal como o que enriqueceu a experiência de um convívio de amigos e contemporâneos como o Dr. Ruy Galvão de Carvalho e também o Dr. João Bernardo Rodrigues, que, com tanto brilho e eloquência, nos acaba de falar de José Bruno Carreiro como jornalista, político e homem público. A franja de coincidência no tempo privilegiou-os e, contemporâneos embora não coetâneos, puderam assim gozar do benefício do seu trato, que Ruy Galvão de Carvalho caracterizou, em 1957, pela bondade e pela tolerância — duas virtudes tão raras como exemplares. Homem eminentemente superior, assim o retrata na imprensa o Dr. Ruy Galvão, que acrescenta: «Simples no trato, de irradiante simpatia no seu convívio, o Dr. José Bruno colocava-nos logo à vontade, sempre que dele nos abeirávamos para pedirmos qualquer informação ou esclarecimento. Quando nos escrevia não usava de cerimónia nem respondia de um modo seco. Antes pelo contrário: nas cartas punha não só todo o seu saber como até o seu coração.»

Escritor de ideias e investigador, estilista de fino recorte queirosiano, inclinado para as coisas da sensibilidade e do espírito, poeta na juventude, finalmente historiador literário, erudito probo, investigador metuculoso que procura na biografia anteriana recobrar Antero para além das lendas ou das deformações impostas pelas ideologias — eis também outros elementos do retrato de José Bruno, pela pena de Ruy Galvão, no «Correio dos Açores», no número comemorativo do 37.º aniversário da sua fundação.

«Inexoravelmente metódico na documentação e na análise», trocando o meio coimbrão pela herança micaelense da geração autonómica de Aristides Moreira da Mota, Caetano Andrade Albuquerque e Gil Montalverne de Sequeira, geração que preparara o *In Memoriam* de Antero, e estendendo a ideia de açorianidade a todas as «Ilhas de Baixo», autor de uma biografia que é o maior monumento levantado à memória de Antero de Quental — assim o explica e insere na história das

gerações Vitorino Nemésio, na sua prosa viva onde aflora o génio da língua e a indelével paixão açórica. Autor de uma biografia que será o nosso tema central e que me proponho analisar, não sistematicamente mas a partir de uma anotação que procurará ser impressiva e concorde com o juízo de Joaquim de Carvalho, professor que foi da Universidade de Coimbra, ele mesmo também anterianista eminente: « livro sem par na nossa história literária ». Outra não era, aliás, a opinião de Hernâni Cidade, numa recensão crítica: « Este é dos livros que se não criticam. O dever principal de quem lhes regista o aparecimento é agradecê-los em nome da cultura ».

Por mim, ainda me recordo, particularmente até 1940, e em Vila Franca do Campo e Ponta Delgada, do primado na formação da opinião pública exercido pelos artigos do Dr. José Bruno Carreiro, no « Correio dos Açores ». Uma formação que não se limitou à superfície e se não dirigia fundamentalmente à superfície, até porque tinha raízes nas convicções probamente formadas pelos estudos históricos, diplomáticos, literários e jurídicos, de que dão testemunho a sua livraria, hoje integrada na biblioteca da Universidade dos Açores, que a adquiriu. Na passagem de 17 anos pelas lides jornalísticas, o director e fundador do « Correio dos Açores » representa a transição, na vida açoriana, da geração dos « fundiários » para a dos « peões » da opinião, na flagrante expressão de Nemésio, que com isso quer significar que ele teve de dar e de empenhar muito de si próprio para se criar uma personalidade marcante na primeira metade do século XX açoriano e português.

Aliás, por 1920 a ideia do jornalismo não coincide com a do nosso tempo em geral. Primeiro o « Correio dos Açores » era um jornal de opinião e regional, o que transmitia logo um certo carácter ao jornal e à expectativa do leitor. Por outro lado, ainda estamos longe do jornalismo contemporâneo dominante, feito com a exigência da hora e em relação muito directa com a informação de massas e critérios de vigência ligados à oportunidade. No jornalismo de então estamos ainda

no fim do processo histórico que vem de longe e que, no início do século XIX, permite que Hegel, o filósofo por excelência do Idealismo, pudesse ter sido redactor no «Bamberger Zeitung», onde, no seu gabinete, pôde, por exemplo, fazer a «reportagem» das invasões napoleónicas em Portugal.

Não obstante a orientação da opinião, as campanhas lançadas pela imprensa possuíam um cariz de que se não compadecem as exigências contemporâneas da informação, com a aceleração dos processos políticos e sociológicos e a alteração qualitativa e quantitativa do público leitor. José Bruno Carreiro não sentiu demasiado, na época em geral e em particular no seu posto de direcção, a exigência destas pressões, ou pôde resistir-lhes.

Através de tudo, ele é o tipo do intelectual de fins do século XIX e um pouco da primeira metade do século XX, e que faz a sua formação no lento declinar dos ideais do século passado. É um tipo de homem que, com várias crises, teve o seu tempo até à primeira guerra mundial, herdeiro dos valores do século XVII, mesmo quando disso se não dá conta. Os temas de José Bruno são elucidativos: a dramatização de *Os Maias*, de Eça de Queirós, vem na tradição do século XIX, tanto como o seu culto por Antero, ou ainda Dreyfus.

## I

O caso Dreyfus, identificado com os combates pela justiça, nas palavras de José Bruno «o caso humano e a luta pela vitória de princípios e ideais que são património de todos os povos — a Verdade e a Justiça», exerce uma atracção em extremo significativa para a mentalidade de um homem que, vivendo nos Açores, conseguiu em 1940 reanimar com emoção e restituir o que fora um momento de exaltação da sua juventude. «Dos homens que no fim do século passado já podiam acompanhar a vida do mundo, nenhum existe que não conserve ainda bem viva a memória desses anos» — estas suas palavras

no prefácio do volume *O Drama do Capitão Dreyfus* definem, por contraste, uma situação epocal e uma mentalidade para a qual a igualdade perante a lei é um dogma. É que nós, testemunhas dos campos nazis de extermínio e dos Gulags comunistas perdemos a virtude, e talvez a possibilidade, não obstante os mártires, de individualizar e de fixar, na memória da nossa formação e na sociedade, emoções daquele tipo.

O anti-semitismo de esquerda nasce na Áustria, no movimento de Schoenerer, que exige a nacionalização dos caminhos de ferro, os quais estavam quase na totalidade nas mãos dos Rotschild, e desemboca no nacional-socialismo, como nota Hannah Arendt em *The Origins of Totalitarianism*, livro traduzido em português sob título *O Sistema Totalitário*. É claro que esta evolução tem de entender-se no condicionalismo do *império social* de Bismarck, cujas leis sobre o seguro de doença (1883), o seguro de acidente (1884) e o seguro de velhice-invalidadez (1889) serviram, não obstante, de « modelo ao mundo », nas palavras de Élie Halévy, historiador do socialismo europeu, o qual adverte que a Inglaterra e a França as imitaram com atrasos « que chegaram a atingir meio século ». Assim se lê em *Histoire du socialisme européen*.

Pelo contrário, o anti-semitismo francês do século XIX acaba por concitar a versão dos socialistas, em especial pelo apoio que recebeu da parte de grupos dominantes da Igreja francesa.

Numa interpretação corrente, que é retomada por Hannah Arendt, faltou em França a aliança entre o Estado e o judeu, para fazer evoluir a questão judaica no sentido que tomou na Áustria e, finalmente, com efeitos terríveis, na Alemanha. Por isso, talvez, o anti-semitismo francês, depois do caso Dreyfus, teve pouco relevo político-cultural, muito embora a doutrina racista, entre o Conde de Boulainvilliers, na passagem do século XVII para o século XVIII, e o Conde de Gobineau, em meados do século XIX, tenha o seu berço em França.

Mas logo Tocqueville, numa carta de 1853, escreve a Gobineau que considera as suas ideias erradas e perniciosas sob o ponto de vista político. Céline, neste século, pode também

considerar-se um caso isolado, não obstante a influência episódica, nos anos da segunda guerra mundial, da sua ideia de que a entidade política da Europa fora, desde o século IX, frustrada pelos judeus. Para Ferdinand Céline os judeus teriam sido os fomentadores intencionais de todos os grandes conflitos europeus, cabendo-lhe ainda a autoridade literária da proposta para a sua eliminação colectiva, como povo alheio e adverso aos arianos. A Hitler, já não na França mas na Alemanha, cabe a responsabilidade jurídica e política do genocídio, por analogia com a desinsectação, por meio de gases tóxicos.

O caso Dreyfus, oficial judeu do Estado-Maior do exército francês, acusado em 1894 de traição, por fornecer segredos militares à embaixada da Alemanha, condenado por isso a deportação perpétua para a Ilha do Diabo, na costa da Guiana Francesa, por um Conselho de Guerra, incendiou a opinião pública europeia, desde que se tornou conhecida a convicção do coronel Picquard, chefe da contra-espionagem francesa, da sua inocência e da culpabilidade de um outro oficial, este um aristocrata de origem germânica, o major Walsin-Esterhazy. Uma série de personalidades da vida política e literária acaba por se envolver na defesa de Dreyfus, desde Bernard Lazare a Clemenceau e, finalmente, Émile Zola.

Na sequência do nefando caso Dreyfus, Picquard é preso, Dreyfus repetidamente condenado em tribunal comum e de apelação, finalmente a sentença é diminuída para dez anos de prisão e o recluso é objecto de indulto. Entretanto, enquanto a Câmara dos Deputados se opõe em 1900 a nova revisão do processo, por confissão do próprio a um jornalista inglês confirma-se que o verdadeiro traidor fora Esterhazy, então já compulsivamente aposentado, por peculato.

Só Clemenceau, quando ascendeu a primeiro ministro, conseguiu dar andamento ao pedido de revisão de Dreyfus, que, depois de indultado, foi, com justiça mais que evidente, absolvido pelo Supremo Tribunal de Justiça. Todavia, nunca foi possível pôr o indultado da Ilha do Diabo perante um Tribunal Militar, a despeito da unanimidade de provas e testemunhos, e,

ainda em 1908, na trasladação do corpo de Zola para o Panteão, Dreyfus foi atacado na rua, sendo o agressor absolvido. As paixões despertadas eram tão fortes, ainda quando Dreyfus morreu, em 1935, que os jornais entenderam não comentar a sua sorte e a sua vida singular.

Curioso é notar que, não obstante os condicionalismos tão diversos, e até opostos, e o facto de com Vichy se ter regressado ao anti-semitismo, se tenha comparado o processo Dreyfus ao processo que depois da última guerra mundial foi movido ao marechal Pétain, defensor de Verdun e comandante-em-chefe dos exércitos do Norte e Nordeste na guerra de 1914-18. Pétain, que pediu o armistício a Hitler, é considerado, segundo um inquérito recente à opinião, apenas um homem ultrapassado pelos acontecimentos. Cinquenta e nove por cento dos franceses pensa que se sacrificou, com a convicção de que servia os interesses do seu país, enquanto sete por cento o considera apenas um herói; sessenta e dois por cento admite que o armistício com a Alemanha foi positivo e útil e só vinte e dois por cento o considera um erro. Assim, segundo uma sondagem de « Le Figaro », de 1980.

Mas, na época do processo Dreyfus a Action Française é precisamente o grupo anti-semita mais radical de Paris. Anti-semita também era a Companhia de Jesus, da qual, na origem, eram excluídos todos os cristãos de origem hebraica, só abandonando este sentimento quando Leão XIII interveio e condenou o anti-semitismo. Note-se que, de um modo mais geral, os judeus eram hostilizados por todos os que, opondo-se à República, consideravam aquele grupo étnico como implicado nos escândalos financeiros que então abalaram a França. A alta burguesia e os políticos da Terceira República haviam levado a opinião pública à exasperação, com uma sucessão de fraudes e escândalos que ficaram famosos.

Hoje, depois de pertinazes investigações sobre o processo Dreyfus e sobre as figuras nele envolvidas (consulte-se, a propósito, a bibliografia de Arendt, no livro já citado), já não são lícitas ingenuidades sobre algumas personalidades da época

e sobre as motivações que as inspiraram. Sai diminuído um Presidente da República frequentador de bordéis, como o saem nobres corruptos que faziam ostentação de amor ao seu país. Como, por fim, saem diminuídos, embora em grau menor, um Zola que Joseph Reinach não poupa, na sua *Histoire de l'affaire Dreyfus*, ou Jaurès, com a obsessão anti-aristocrática e anti-clerical.

Jaurès, um dos chefes do Partido Socialista Francês, quando Lazare publicou o seu primeiro panfleto sobre Dreyfus acusou o autor de nutrir apenas admiração por Rotschild e de ser seu agente. Em 1897 resume o caso Dreyfus como uma luta entre dois grupos burgueses, clérigos e oportunistas. Aliás Liebknecht, o social-democrata alemão, mesmo depois do julgamento de Rennes, que em 1899 pusera em evidência a sinistra farsa da justiça militar francesa, não acredita na inocência do capitão Dreyfus. Jules Guesde, amigo de Jaurès e líder socialista, admite que lei e honra são meras palavras e que o que conta são os interesses de classe — outra réplica não menos sinistra dos conceitos formais de honra do exército. E, para findar, « La Croix », da sua perspectiva católica, usando uma linguagem que revolta o círculo de Péguy, poeta, socialista, patriota e cristão, também pretende que « já não é questão de saber se Dreyfus é ou não culpado ».

Quando aparece o manifesto *J'accuse*, de Zola, um comício socialista votou a favor da revisão do processo, mas, cinco dias depois, trinta e duas personalidades socialistas editam um outro manifesto em que proclamam Dreyfus inimigo de classe e decidem que a sua sorte não é da sua conta. Há, contra Dreyfus, inclusivamente, judeus que não se apercebem do alcance da campanha anti-semita em curso. A firmeza de Clemenceau se deve, em grande parte, o resultado final do sinuoso processo: o fim da questão judaica e do catolicismo político em França, a separação entre a Igreja e o Estado e o fim da educação confessional. Ao mesmo tempo, desmascarada a conspiração anti-judaica, provada a inexistência de

uma conspiração judaica contra a França, declina o anti-semitismo político.

José Bruno Carreiro sente-se geracionalmente atraído pela questão Dreyfus, como homem nascido em 1880 e que em Coimbra concluiu o seu curso jurídico, de que se despediu em 1904. Ele o nota com emoção, no prefácio apostado ao seu belo livro *O Drama do Capitão Dreyfus*, em que refundiu o texto publicado em folhetins no «Correio dos Açores», entre 29 de Julho de 1939 e 18 de Abril de 1940: «Dos homens que no fim do século passado já podiam acompanhar a vida do mundo, nenhum existe que não conserve ainda bem viva a memória desses anos. (...) Muitos anos depois, o professor Duclaux resumiu em algumas palavras a memória sempre conservada pelos que viveram esses anos: 'Sim! representa alguma coisa na vida ter assistido a esse drama de uma grandeza heróica!'.»

José Bruno Carreiro vive nesse drama da sua juventude, que ele romanticamente considera «um drama sem igual na história do mundo», um tema e um problema, de ordem ética e jurídica, de primeira ordem: onde cessam os direitos da comunidade e os do indivíduo começam. É no fundo o drama eterno do socratismo. Ao mesmo tempo, a sua capacidade de desenhar tipos humanos encontra-se à vontade no meio dos factores sociais que ele próprio destaca no momento político da França. Embora, naturalmente, esses factores — anti-semitismo, anticlericalismo, antimilitarismo, paixão religiosa, paixão política, preconceitos de raça e classe, orgulho nacional e exaltação do patriotismo —, que enumera no prefácio do livro em questão, se revelem como insuficientemente analisados.

Para a reconstituição do «affaire», é de notar, ao mesmo tempo, José Bruno Carreiro junta uma excelente bibliografia, faltando apenas de essencial o livro de Wilhelm Herzog, de 1933, *Der Kampf einer Republik*, ou, para a perspectivação política e histórica, a obra de Brogan *The Development of Modern France*, esta já de 1940. Mas o que importa é que *O Drama do Capitão Dreyfus*, sendo uma introdução à juventude

do Dr. José Bruno Carreiro e aos seus ideais, é também a chave para compreender o espírito com que pode penetrar na biografia de Antero de Quental. E é isto, talvez, o mais significativo para nós.

Paris continua, para a juventude do Dr. José Bruno, a capital do século, em vésperas do declínio do século XX, tal como o fora para a geração de 70, a que pertenceram Antero e Eça. O autor de *O Drama do Capitão Dreyfus* adopta uma perspectiva axiológica segundo a qual a maior força que actua nas sociedades é a da consciência — o que se acorda com o proudhonismo de Antero, com um idealismo ético para o qual as forças materiais da visão sociológica entram em segundo plano.

Por isso o escândalo e a falência da Companhia do Panamá, em que os judeus são os intermediários entre a iniciativa privada e a corrupção parlamentar, que vai da ala direita da Câmara aos radicais e anticlericais, a batalha em que o Grupo Rotschild leva à falência a Union Générale, banco católico seu rival, o ressentimento contra os judeus de meio milhão de accionistas franceses da classe média, quando a Companhia do Panamá faliu, não possuem relevo na sua visão ético-jurídica do processo. Estes sucessos são, no entanto, peças indispensáveis para compreender um estado de espírito em que os lemas « Morte aos judeus » e « A França para os franceses » puderam conciliar-se com os sentimentos antijudaicos da imprensa e grupos de direita e da imprensa socialista e radical. Dreyfus, o primeiro oficial judeu que entrara no Estado Maior, foi a vítima fácil e oportuna de um Departamento de Espionagem tão corrupto que deixou fama de desonestidade comercial na oferta de venda de documentos secretos aos adidos militares estrangeiros acreditados em Paris. E isso acontece não obstante ele e a sua família estarem dissociados do semitismo e de se terem integrado na sociedade francesa. Ou, talvez, precisamente por isso, pelo seu desafio ao preconceito e projecto de poderes ocultos, num momento em que, levado ao auge, o anti-semitismo se traduzia no desejo expresso por

mil oficiais franceses de experimentar um novo tipo de canhão nos cem mil judeus da França, com apoio de intellectuais como Paul Valéry.

O problema de José Bruno no « affaire » é o da justiça, o ético-jurídico, como não é demais acentuar. É deste prisma e não de outro, como o conflito de judeus, maçãos e jesuítas numa certa sociedade, ou das bases económicas dos conflitos sociológicos, ou das explicações da sociologia da história, que o seu *Drama* deve ser lido. E isto não é apenas insuficiência, porque, por outro lado, perspectiva um interesse muito personalista, que vai de novo manifestar-se na sua biografia de Antero de Quental.

De resto, *O Drama do Capitão Dreyfus* é a primeira tentativa de, numa narrativa cronológica, reconstituir o « affaire » por uma documentação histórica rigorosa, evitando a dramatização literária da biografia romanceada, embora sujeitando o leitor ao choque psicológico das *Memórias* do General Schwarzkoppen, que foi adido militar da Alemanha em Paris, bem como às emoções da correspondência íntima do condenado da Ilha do Diabo. Sob este aspecto constitui também uma obra literária acabada.

## II

Nascido cerca de quarenta anos depois de Antero, o Dr. José Bruno Carreiro, seu biógrafo, teria onze anos quando do seu falecimento, no successo trágico de 11 de Setembro de 1891, em Ponta Delgada. Filho do Dr. Bruno Tavares Carreiro, foi este competente cirurgião que, por ser director da enfermaria onde foi internado, assistiu a Antero de Quental, no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, no Campo de São Francisco, quando para ali foi transportado, atingido no cérebro pelas balas suicidas que lhe deram a morte. O poeta, não obstante a juventude do Dr. Bruno Carreiro, várias vezes o consultou no decurso desse ano de 1891, em São Miguel, e a ele se refere,

com elogio, a Oliveira Martins, como «médico moço, inteligente e estudioso».

Por isso se entende que o Dr. José Bruno Carreiro, nascido em Coimbra e tendo concluído a sua formatura em Direito naquela cidade, possa, logo no prefácio do primeiro volume da sua monumental biografia *Antero de Quental. Subsídios para a sua Biografia*, escrever o seguinte: «Foi quase um culto do meu espírito, desde a juventude, o homem a quem consagrei este trabalho, mas julgo que esse sentimento não me fez perder a noção do que devia à verdade.»

A imprensa, o jornalismo, foi em regra o primeiro meio que o Dr. José Bruno Carreiro utilizou para a expressão literária. Assim aconteceu em «O Distrito», semanário de excelente sabor literário, e no «Correio dos Açores». No «Correio» apareceu o primeiro esboço de *O Drama do Capitão Dreyfus*, como vimos, e também o que havia de tornar-se, depois de desenvolvido e de amadurecido, numa paciente e proba investigação, na grande obra em dois volumes a que deu modestamente o subtítulo de «Subsídios» para a biografia de Antero.

Vejam os como, no prefácio, de 1948, o autor define a sua metodologia, o seu objectivo, os seus limites. Acima de tudo, a obra seria «apenas uma vasta colecção de materiais para o estudo da vida de Antero de Quental». Um tanto ao modo do positivismo histórico, o Dr. José Bruno junta a modéstia à objectividade, citando Maurras: «recolher e ligar testemunhos». A preocupação da quantidade de documentos, juntando às informações colhidas na correspondência e na obra as dos seus amigos e contemporâneos, arquivando os materiais e pondo-os perante o leitor, juntando materiais para quem «um dia, num trabalho de síntese, queira traçar a vida de Antero», é confessada.

A pretensão da objectividade, neste caso e felizmente, não impediu, ao contrário do que admite José Bruno, a elaboração, ao menos, de um esboço de síntese. É natural que já a simples escolha dos documentos significativos, no valor que lhes é atri-

buído, alterem o decantado projecto de « recolher e ligar » : cada investigador das ciências humanas, cada autor de uma biografia, em especial, entra com um pouco de si próprio, com os seus valores e o seu horizonte, na história que escreve. O êxtase do futuro é também uma perspectiva que dá à história um carácter inconfundível : no fundo ela arranca-se de um futuro que está sempre a ser sido.

Assim acontece, felizmente, com esta biografia de Antero, que está longe de tornar-se num acervo de curiosidades.

Por outro lado, o autor não perde ocasião de esclarecer as relações de Antero com o seu meio, assim com Teófilo Braga, outro açoriano certamente ilustre e de relevo na vida política e intelectual portuguesa do início deste século e dos fins do século passado. José Bruno não perde a ocasião, de passagem, para mostrar a falsidade das informações sobre Antero fornecidas por este seu conterrâneo, inclinado a denegri-lo no carácter e a diminuí-lo na grandeza atingida como poeta e intelectual.

Naturalmente, dado o feitio crítico e amargo de Teófilo, porventura filho de uma experiência de vida que não foi fácil, ou suposta a secreta emulação estimulada pela mesma origem micalense e açórica, as suas opiniões carecem de fundamento objectivo e contradizem o consenso das grandes figuras de toda a geração, que privaram intimamente com Antero, ou até dos que, sem pretensões, o conheceram mais de perto. Pois se há lados nocturnos na vida de Antero de Quental, de que, porventura, ninguém, nem mesmo a santidade se liberta, eles não afectam sensivelmente o conspecto final em que Eça de Queirós o pode julgar como um « génio que era um santo ».

De um modo benévolo para Teófilo poderá talvez compreender-se o conflito das duas personalidades se tivermos presente que Antero é o tipo do criador estético, filosófico e intelectual, estimulante e ainda activo sobre as nossas gerações, enquanto Teófilo é o trabalhador intelectual cuja vocação se traduz na paixão de carrear, por vezes incontroladamente, materiais e informação, e que, estética e filosoficamente, não

logrou expressão de vulto. Os dois tipos sociais, aliás, pelas suas experiências e origens diversas, não contribuíam para uma aproximação profunda. O mesmo se pode dizer das concepções do mundo adoptadas: a do positivismo, de Teófilo, a predominantemente idealista, de Antero.

Não é demais acentuar, como José Bruno faz, a impressão moral que Antero deixou nos seus contemporâneos. Verifico que o autor de *Antero de Quental*, relendo o seu texto e sugerindo correcções ou corrigindo-o, por vezes o acentua, acrescentando-o, quando fala das homenagens que prestaram todos os que foram íntimos do poeta: «homenagens inexcedíveis no que representam de admiração, veneração e respeito», escreve ele, a lápis, na margem da página XVII do Prefácio, no período que se conclui pela nota 16. O exemplar que consulto, existente na Biblioteca da Universidade dos Açores, que adquiriu a livraria do Dr. José Bruno Carreiro, está cheio de correcções, indicações à margem, acrescentamentos, que certamente se destinavam a uma reedição, aumentada e corrigida, da obra. Por vezes esses acrescentamentos ou sugestões dispersam-se por folhas soltas intercaladas aqui e além.

As notas interessantíssimas e cheias de informação que José Bruno dedicou às relações entre Teófilo e Antero encontram-se no primeiro volume da obra em questão, a partir da página 406. Elas possuem, além de interesse para documentar as relações pessoais entre os dois homens, interesse para a história literária portuguesa.

A biografia de Antero, de José Bruno Carreiro, muito contrariamente a constituir uma série de documentos empiricamente ligados, uma narrativa a «tesoura e cola», é conduzida desde o início para um fim, para uma imagem ideal e dominante realizada na vida do biografado. Depois de uma bibliografia, seguem por ordem os seguintes capítulos: Genealogia e Heráldica; São Miguel; Infância e adolescência; Coimbra; Na arena; A crise pessimista; Santo Antero. Conclui-se com Apêndices sobre a bibliografia anterior, documentos, artigos não incorporados nos volumes de *Prosas*, índice

da livraria de Antero, um índice onomástico de *Prosas* e de *Correspondência*, e diversas notas, em que afluem novas referências a Teófilo Braga.

É notório que a imagem definitiva de Antero, a que corresponde uma estrutura de valores procurados e vividos por ele, se encontra no capítulo VII: Santo Antero. Ela concorda com a interpretação da sua figura por Oliveira Martins, no prefácio aos *Sonetos*, Antero dominado pelo misticismo religioso da sua natureza, e com a divulgada por Eça de Queirós, só contrariada pelo azedume de Teófilo. Já notei algures que Antero, em ligação com o pensamento especulativo alemão da última metade do século XIX, se empenhou na visão de uma «religião do futuro» que, na sua concepção, dependeria fundamentalmente do cristianismo, bem como da sua experiência mística. A expressão «budismo do Ocidente» tem levado a erros, por não se perceber desde logo que traduz, no pensamento anteriano, uma evolução panteísta do cristianismo.

São Miguel é sentida e vivida em momentos diversos da vida de Antero como «pátria», a que afinal procurou regressar, e, não obstante a sua vida intelectual e política estabelecida em relação íntima com os sucessos continentais e ter residido predominantemente no continente, os Açores são, nas suas palavras, «a nossa querida pátria». Em 1887 acentua, a propósito, que há uma «relação profunda» entre a terra natal e o homem.

Que recebeu ele desse *logos* temporal em que se inseriu quando criança? Naturalmente, não apenas a reminiscência dos horizontes marítimos, dos montes, das colinas, das cumeadas e lagos, que aflora nos seus poemas. Da vastidão do mar em contraste com a habitação exígua do homem, a aspiração a um ideal de perfeição e de verdade — responderá José Bruno, recorrendo a Mariano Machado de Faria e Maia. O hábito açoriano de contemplar o mar — Antero jovem com o hábito de perder-se na contemplação do mar — é levado a esta interpretação, que adquire sentido etnológico. Por isso o poeta há-de escrever que sobre o oceano o vento missiona «a eterna lei

do universal amor ». Neste sentido ele é, na verdade, um dos mais atlânticos dos grandes poetas europeus.

Assim, mar e vento desempenham papel de relevo na obra poética anterioriana. A influência do meio é estudada por José Bruno em ligação com a genealogia e heráldica, e depois delas. Afloram, além das indicações peculiares dos estudos genealógicos, indicações muito precisas da antropologia física sobre o açoriano, em que o autor se reporta à autoridade do sábio micalense Arruda Furtado e de Adolfo Coelho, que classifica o crânio dos açorianos, com o dos madeirenses, no grupo dos neocanários. Todavia, se pela aparência física Antero está na média dos crânios micalenses, destoa do tipo comum pela cor loira dos cabelos e pelos olhos de cor azul celeste — sendo que, nas suas observações, Arruda Furtado nunca encontrou em São Miguel olhos « bleu de faïence ».

Pessoalmente e no conspecto presente, consideramos de importância definitiva as características propriamente culturais e ambientais e de somenos importância as antropológicas no seu carácter rácico, ou dito racial. Mas deve notar-se o escrúpulo com que José Bruno procurou estudar Antero e também o seu suposto escandinavismo, levando-o inclusivamente a outro Quental que, segundo Alberto de Sampaio, por um seu retrato, podia passar por ele : o Venerável Bartolomeu de Quental, seu antepassado colateral do século XVII (nasceu em São Miguel, nos Fenais da Luz ,em 1626). Ainda neste caso de ancestralidade opto decididamente pela influência da educação materna sobre Antero, registando a nota de a mãe ter submetido os filhos a forte disciplina religiosa e de ter sido em extremo devota. Não obstante o problema religioso ser comum a todos os homens, a preocupação religiosa, o diálogo com o Além, que absorveu Antero, não deixa de nos remeter ao meio familiar da sua infância, dominado aliás pela figura da mãe, « extremosíssima pelo filho ». Como, num sentido mais largo, para o meio social açoriano, onde, ao lado do tradicionalismo autoritário, afloram indícios característicos de uma teologia popular fortemente vivida e pouco ortodoxa : assim,

nas formas do culto do Espírito Santo e do poder que lhe é conferido.

É a leitura da influência do meio familiar a que José Bruno nos parece recomendar, ao notar a recordação que da educação religiosa da infância aflora em *Odes Modernas*. Antero, criança de poucos anos a rezar sob o vão rachado de uma porta, após um violento tremor de terra, além de marcar a pressão do vulcanismo sobre o elemento religioso, tão peculiar das Ilhas, parece oferecer uma introdução à compreensão de toda a sua vida e aos seus problemas últimos.

Mas José Bruno sugere, na génese dos interesses futuros de Antero, dos temas que o apaixonaram, outras referências ao ambiente micaelense. Uma delas o impulso, consequente a uma certa crise de apatia, que Ponta Delgada recebeu com a presença de Castilho, durante mais de um ano, despertando em todas as classes o amor pelas letras. Antero, logo na infância, viveu no círculo dos Castilho e foi amigo do pequeno Júlio de Castilho, que tinha, mais ou menos, a mesma idade. Presenciou o movimento local pela instrução popular, patrocinado pelo escritor, e que levou elementos das classes superiores locais a um apostolado pedagógico, no Convento da Graça, onde se prestavam, gratuitamente, a ensinar a ler, escrever e contar, a crianças e adultos, segundo o método de Castilho.

Assim, José Bruno Carreiro pôde concluir que em São Miguel se descobre a génese do que, na sua correcção a lápis do texto, não são os três mais acentuados, mas «três dos mais acentuados aspectos» da vida de Antero: o culto das letras e da poesia, a paixão política testemunhada nos conflitos locais dos Setembristas e Cartistas, e tradicional na sua família, e o interesse pelas classes populares, semente do seu futuro socialismo, um socialismo que coincide com a crítica do comunismo e do estatismo, e de inspiração directamente proudhoniana.

O período de Coimbra entre 1858 e 1864, em que frequenta a Universidade, é decisivo na evolução de Antero de Quental e na génese dos seus motivos. Bem merece como introdução

as palavras de Eça referidas por José Bruno : « Coimbra vivia então numa grande actividade, ou antes, num grande tumulto mental. Pelos Caminhos de Ferro, que tinham aberto a Península, rompiam cada dia, descendo da França e da Alemanha (através da França), torrentes de coisas novas, ideias, sistemas, estéticas, formas, sentimentos, interesses humanitários ... » É o tumulto que varre as ideias tradicionais do espírito do jovem Antero, tumulto a que alude na carta autobiográfica, escrita a Wilhelm Storck, e em que a sua casa se torna o « Cenáculo », o centro de reunião de alguns dos mais destacados elementos da juventude coimbrã do tempo, sendo inexacta a ideia, como o Prof. Mário Brandão assinalou, de que se tratasse apenas de cábulas e boémios (o próprio Antero foi um aluno pouco dedicado às sebatas de Direito, mas médio). Sobre eles começa a exercer-se a influência do nosso conterrâneo, chefe nato de todas as rebeliões contra a Universidade, que figura como a personificação da tirania. Bacharel em Direito com a classificação de « Bom » (seis professores votaram na congregação « Suficiente », sete « Bom », numa escala de « Suficiente », « Bom », « Muito Bom »), divorciado possivelmente dos interesses jurídicos do seu curso, o que importa é que figurou como o « Príncipe da Mocidade », no domínio da inteligência, no meio da geração mais iconoclasta do século passado, para repetir o juízo do Prof. Joaquim de Carvalho.

Possuem importância excepcional, nesta monumental biografia, as notas de fim de página, pelo que advertimos o leitor de que as não deve deixar passar, admitindo que o corpo da leitura lhe disse o essencial. Muitas vezes, pelo contrário, o essencial está nessas notas — o juízo do seu autor, a indicação de uma problema muito específico em ligação com o homem que foi Antero e com a sua obra literária. Algumas delas foram retomadas e esclarecidas por estudos posteriores, de vária origem.

Se Antero termina o curso em 1864, é já em 1858 e 1859 que Proudhon se torna a sua leitura predominante, com a exclusividade que permitia o facto, admitido geralmente, de que só

se ocupava de jurisprudência com a assiduidade precisa para não perder o ano, o que nem sempre conseguiu. Insistindo no assunto, o Prof. Mário Brandão (in *Estudos Vários*, Imprensa da Universidade, 1974, pp. 145 e ss.) escreve que esta informação se tem de entender sem identificar Antero com o tipo «do académico coimbrão de antanho, mau estudante e boémio»: «Contra esta opinião já reagiu (...) o Sr. Dr. Bruno Carreiro», acrescenta o autor de «Antero de Quental estudante da Universidade de Coimbra». O «Cenáculo» por exemplo, era frequentado por alguns bons estudantes, amigos fraternos de Antero, como Alberto Sampaio e Germano Meireles.

Ponhamos de parte juízos exigentes sobre as actividades do nosso jovem conterrâneo como novato praxista, a braços com a polícia e a justiça universitárias da época, empenhadas em reprimir brutalidades e violências apenas críveis no nosso tempo, e com o autoritarismo dos Reitores, apoiado no foro universitário. Ele conheceu o cárcere da Universidade e, nessas lutas académicas, é difícil, por vezes, saber de que lado está a intolerância.

O que importa é que os escritos de Antero do período de Coimbra receberam de José Bruno Carreiro, ao contrário do que acontece a alguns intérpretes, atenção especial. Diz ele: «pensamos que têm grande interesse estes escritos da mocidade de Antero, aparentemente insignificantes, pelos elementos que fornecem para o estudo da formação do seu espírito e da sua evolução mental». Isto vem a propósito de um estudo dos dezoito anos sobre o Infante D. Henrique, em que a ideia de Deus é definida como «um centro comum, a que todos vêm necessariamente convergir, a síntese do universo». José Bruno aproxima também a tardia «Filosofia da morte», de Antero, de um artigo publicado à memória de um colega falecido em 1858, Martinho José Raposo.

Também nesse período da juventude vai o seu biógrafo encontrar elementos surpreendentes das suas ideias políticas futuras. Precisamente na leitura de *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, de Eurico Nogueira, que o jovem Antero consi-

derava como um dos dois livros essenciais para a obra reformadora a empreender pela sua geração. Em publicações dos dezoito anos transcreve partes deste livro de Eurico Nogueira, pretendendo que ele ocupasse « um primeiro eminente lugar » numa biblioteca popular, como se pode confirmar no primeiro volume das *Prosas*, em « Leituras Populares » (cfr. ed. da Imprensa da Universidade, 1923, pp. 17 e ss.).

O Dr. José Bruno chama a atenção para dois pontos do programa de Nogueira que serão, dez anos depois, convicções políticas de Antero. É o primeiro desses pontos : « Quisera que, num país como o nosso, emancipado por cruentos esforços da tutela humilhante, egoísta e sanguinária da monarquia absoluta, cansado do regime espoliador, traiçoeiro e faccioso da monarquia constitucional, necessitando de restaurar as forças perdidas em lutas estéreis e de cicatrizar feridas que ainda gotejam, ávido, enfim, de gozar as doçuras da liberdade, por que tanto há sofrido ; quisera que o governo do Estado fosse feito pelo povo e para o povo, sob a forma nobre, filosófica e prestigiosa de — República. » E o segundo : « Quisera, por último, que Portugal, como povo pequeno e oprimido, mas cónscio e zeloso da sua dignidade, procurasse na — Federação — com os outros povos peninsulares, a força, a importância e a verdadeira independência que lhe faltam na sua tão escarnecida nacionalidade. »

Não há dúvida que o eminente biógrafo de Antero assinala aqui o marco da inspiração republicana e do transitório iberismo exaltado do futuro promotor das Conferências do Casino. Como, por outro lado, pode descobrir na sua juventude quais os poetas portugueses que foram, até à morte, seus modelos : Camões, Herculano, João de Deus e Garrett — este último por contestação de uma notícia contrária de Raimundo Capela. A influência estética de Dante, um dos autores mais lidos por Antero no início da sua formação literária, é também salientada, a propósito do primeiro livro publicado pelo grande poeta açoriano, os *Sonetos de Antero*, 21 sonetos dedicados « Ad Amicos », em cujo prefácio faz a apologia do soneto como « forma completa do

lirismo puro » — do soneto cuja forma literária adoptaria e em que passaria à immortalidade.

Na juventude de Antero vai também José Bruno descobrir os primeiros sintomas, em 1861 e 1862, do que havia de ser a « crise pessimista » de 1874 a 1881, que fornece o tema do sexto capítulo da sua biografia. O último soneto da edição de 1861 já afirma que « Só males são reais, só dor existe ». É o que Eça teria também notado, acentuando que já no tempo de Coimbra, quando ainda ninguém, « do Reino para cá, lera ainda Schopenhauer », Antero « pensava na caveira ».

O Dr. José Bruno Carreiro construiu com rara perspicácia e sentido hermenêutico o seu Antero, tomando-o na juventude e preparando a compreensão do último Antero a partir do primeiro. O último aparecerá depois da época de luta (« Na Arena ») e depurado pela vivência de « A crise pessimista ». « Na Arena » constitui, aliás, um dos capítulos mais extensos, sob o signo poético de *Odes Modernas*, publicadas em 1865, mas concluídas em 1863. É esta também a época de « Defesa da Carta Encíclica », da « questão coimbrã » e da experiência proletária em Paris — e, enfim, das desilusões e desencantos, com as decisões súbitas de regressar a São Miguel, sem que ao seu espírito retornassem decisão e confiança e ao seu corpo a saúde física e o equilíbrio psicológico, que vão faltando progressivamente. É a época do iberismo e de « Portugal perante a revolução de Espanha » e do projecto do partido democrático de Castelar, que pretendia fundar em Madrid um jornal ibérico de que Antero de Quental seria colaborador.

A tese da renegação da nacionalidade, em « Portugal perante a revolução de Espanha », foi arma que Teófilo Braga aproveitou para atacar e destruir Antero. José Bruno nota que afinal o próprio Teófilo adoptou o iberismo como convicção própria, embora não definitiva. Antero, mais tarde, na carta autobiográfica para Wilhelm Storck, classifica o federalismo como ilusão de que desistiu, « um certo falso idealismo nas coisas da sociedade ».

Há um momento em que o desencanto de Antero com a nacionalidade não é maior do que o de Teófilo. Nas preciosas notas de página, José Bruno Carreiro, com efeito, cita um autógrafa existente na Biblioteca Pública de Ponta Delgada, a mais importante dos Açores e uma das primeiras bibliotecas portuguesas, infelizmente em estado calamitoso de funcionamento e de conservação (basta dizer que não tem um único bibliotecário nos seus quadros), em que Teófilo lamenta que em São Miguel se não tivesse aproveitado um movimento popular para proclamar « a independência dos Açores da cancerosa e madrasta pátria » (cfr. vol. I, 293, n. 4). Na verdade, Antero acabou na presidência da Liga Patriótica do Norte e Teófilo na Presidência da República, o que ajuda, como se vê, a situar as coordenadas exactas dos sentimentos definitivos e mais profundos de um e de outro dos dois grandes açorianos, perante a crise e a decadência portuguesas.

Não é demais voltar a chamar a atenção para as notas de fim de página destes dois volumes que procuramos analisar. Com frequência apontam para orientações de pesquisa, como disse. As sugestões e acrescentamentos a lápis, pela mão do seu autor, são preciosos não só para uma reedição como para o estudioso que tenha oportunidade de dedicar-se a levar mais longe a curiosidade. Assim, por exemplo, na página 322 do primeiro volume, quando se destaca que está por fazer a história da acção de Antero no movimento socialista, ou, noutros pontos, quando se procura ver mais claro nas relações de Antero e Teófilo. Não há dúvida que o carácter de Teófilo recebe iluminação pouco favorável, que o seu fari-seísmo desleal de jacobino se torna dificilmente suportável. É possível que a numerosa documentação sobre Teófilo existente na Biblioteca de Ponta Delgada, entre correspondência inédita e manuscritos, possa trazer novos documentos, a serem trazidos a uma leitura correcta e com interesse histórico.

O socialismo de Antero merece um estudo cuidado e em extremo objectivo em que o biógrafo, como é natural, não pode afastar-se da perspectiva vivencial do biografado, da sua

desilusão, que aflora por toda a parte, à medida que a realidade corrige o que ele chamou o seu idealismo. É indiscutível — e é confirmado por confissões do próprio — que entre a acção proletária e a mentalidade proletária e a maneira de ser de Antero há um abismo, que desde a sua experiência de tipógrafo em Paris não cessa de manifestar-se. É o que notam diversos comentadores — não obstante o refúgio ideal do proudhonismo, que resolutamente adoptou.

De facto, Antero assume quase sempre uma atitude personalista muito acentuada, que se abre posteriormente a perspectivas muito diversas de interpretação e que parece traduzir, além de carácter próprio, algo de comum com o tipo social da açorianidade. Por isso não é de admirar que os intérpretes açorianos de Antero de Quental, desde os contemporâneos e amigos, compreendam a sua vida a partir dessa atitude, que também é a sua, por vezes inconscientemente. Assim também José Bruno, de cepa e formação açorianas embora nascido ocasionalmente em Coimbra, que realiza em si o mesmo tipo, ao mesmo tempo moral e social.

Por 1890 a política é para Antero um « campo lamacento », Portugal entrou no período da liquidação dos erros políticos e económicos dos últimos trinta anos e é inevitável uma grande convulsão social. Portugal é uma sociedade perdida e, como tal, não quer reforma. Neste contexto aflora a sua expressão de juventude « Portugalório », que já surgira em 1864, em colaboração para a imprensa.

A nacionalidade moribunda, ou mesmo morta, como tábua pessoal de salvação ideológica um socialismo que adquire predominantemente expressão moral, as distinções entre republicanismo e socialismo, entre comunismo e socialismo, entre jacobinismo e socialismo — eis alguns tópicos de um diálogo com o ideal socialista de inspiração proudhoniana, que José Bruno estuda no quinto capítulo da biografia em referência. *Teoria do Socialismo e Portugal e o Socialismo*, de Oliveira Martins, oferecem dados muito concretos e imediatos para, no

pulsar de críticas e reacções muito pessoais, definir o ideal anteriano do socialismo.

Com Joaquim de Carvalho, José Bruno Carreiro pensa que o socialismo de Antero se traduz na ideia de uma fusão de burguesia e proletariado numa nova classe média, ideal proudhoniano de conciliação oposto ao marxismo e ao colectivismo. E nota, com a sua experiência jurídica e administrativa, que as formas de socialização da renda da propriedade que Oliveira Martins propõe, por 1873, e que Antero aprova, estão atingidas em Portugal em alguns concelhos, nos meados deste século, pelos impostos sobre a propriedade rústica e urbana. Por outro lado, se Antero diz que o socialismo se não pode realizar sem a república, também confessa que entre os republicanos não encontrou nem um homem nem uma ideia. A quase totalidade do grupo republicano é constituído, para Antero, por 1873, por « declamadores » e « pulhas » e a república que, mais ano menos ano, se estabelecerá em Portugal mostrará o que « é atufar-se uma nação em lama e asneira ».

Na documentação que José Bruno chama sucessivamente a depor confluem artigos, notícias, correspondência, numa convergência cronológica em que o virtuosismo do biógrafo demonstra o profundo e exaustivo estudo que lhe mereceram Antero e a sua época. Por isso esta biografia resulta também numa obra imprescindível para o conhecimento da sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX. À história local, nas páginas que situam o Antero da juventude e o meio, cabem também valiosas informações — leiam-se, por exemplo, as notícias sobre a vida económica, social e política de Ponta Delgada e a sua evolução como centro urbano, durante o século XIX.

Advogando, com Oliveira Martins, uma teoria representativa em que na Câmara, única e sempre constituinte, estariam os representantes das instituições, das classes sociais e das condições morais e materiais, Antero de Quental pergunta ao mesmo tempo se a sociedade da sua época quer abandonar o individualismo, e se está preparada para isso, ou seja, para

adoptar formas representativas orgânicas. A propósito, o Dr. José Bruno Carreiro aponta para a importância de uma carta a Jaime Magalhães Lima, carta de 1888, em que Antero pergunta se está terminada a evolução psicológico-social do individualismo. Por toda a parte, esta dimensão interrogativa caracteriza em Antero a intervenção do horizonte intelectual, eminentemente questionador, na ideologia e na fé social. Ela talvez constitua um dos pontos essenciais de conflito possível entre o pensamento e a política.

Ressalta, enfim, a relação simpatética do biógrafo ao biografado, onde quer que abramos estes dois densos volumes em que o grande escritor e intelectual que José Bruno Carreiro foi — grande entre os da sua geração portuguesa — ergueu um monumento de análise e de investigação à memória de Antero de Quental. Poeta, dramaturgo, jornalista, investigador da história política, o seu prazer em debruçar-se sobre o individual inclina-o para a biografia, tanto em Antero como em Dreyfus, ao mesmo tempo que penetra admiravelmente no espírito alheio, através da riqueza da sua própria vivência interior e do seu conhecimento do mundo. As suas concessões ao positivismo na formulação metodológica são por isso uma intenção que enriquece a documentação, sem limitar o trabalho extraordinário que legou a quem hoje queira estudar Antero de Quental e a sua geração.

### III

Como disse, « A crise pessimista » e « Santo Antero » completam o ciclo em que, numa série de sete capítulos, se encerra o Antero do livro do Dr. José Bruno Carreiro.

Começa agora outra consideração da vida de Antero de Quental, sob o ângulo do seu sofrimento íntimo e prolongado, em luta com uma doença que o perseguiu tenaz e implacavelmente, e que apresentava um duplo aspecto, físico e psicológico. Essa doença o levou à morte, de um modo trágico que

tem dado muito que falar, desde o « açoitado fatal do clima » à « nojosa Lisboa », desde as influências hereditárias às crises de uma doença mental cíclica e, por fim, à conclusão prática de certas concepções filosóficas.

Creemos que o estudo a que José Bruno submete a vida diária e íntima de Antero de Quental, no tempo em que viveu em São Miguel, antes de se dar a morte, ali, no Campo de São Francisco, é definitivo a este respeito: houve incidentes ocasionais que lhe desequilibraram os nervos, profunda e longamente abalados, e foram esses incidentes que lhe armaram a mão com que pôs termo à vida.

O sexto capítulo prepara, através da superação da crise pessimista, o Santo Antero final, o homem que conquista o sossego de espírito e se resolve a viver uma vida de família, pela adopção das duas filhas órfãs de Germano Meireles. Estudando a evolução do espírito do poeta e confrontando-a passo a passo com a cronologia e a exigência de uma documentação erudita, José Bruno Carreiro vai situando a sua evolução literária e corrigindo datações, assim quanto ao soneto « Transcendentalismo » e a outros poemas.

Santo Antero é a conclusão deste itinerário, onde vamos constantemente lançados da biografia para a expressão do espírito que se objectiva na obra, no pensamento, na acção, na correspondência, no diálogo que a tradição manteve. O limite do talento com que o Dr. José Bruno Carreiro escreveu esta biografia está neste movimento que raramente se ultrapassa no sentido da génese das ideias, quando para ela não encontra o dado expressamente vivido e experimentado. Com isso ganha, no retrato de Antero, a originalidade de uma vida e corrige-se o possível abuso do recurso a motivações exteriores, sempre tentadoras. Só depois de uma tentativa deste género é que pode, legitimamente, começar um outro diálogo com Antero, e esse durará enquanto permanecer a expressão em língua portuguesa e enquanto o conteúdo da tradição cultural do século XIX possuir um sentido.

O ponto culminante é atingido pela publicação dos *Sonetos Completos*, em 1886, destacando-se o apreço especial do poeta pelos dos dois últimos ciclos, em que julgou ter dado expressão, na poesia, ao misticismo moderno. Aliás, em carta para Francisco Machado, Antero escreve que crê que ninguém, antes dele, o fizera. Pensa que esse misticismo é « científico e positivo », expressões que se devem compreender tendo em conta o que significam na linguagem filosófica de Eduardo de Hartmann. É difícil deixar de concordar em que o pressentimento se cumpriu: particularmente nos sonetos do último ciclo, na identificação com a morte, consuma-se a via da experiência interior do genial meditativo. Passo a passo, no « Elogio da morte », a morte, « irmã coeterna » da alma do poeta, descobre-se como libertadora e transforma-se na libertação.

Antero faz a sua leitura — « Mais claros vejo, a cada passo, escritos, / Filha da noite, os lemas do Ideal, / Nos teus olhos profundos sempre fitos ... » —, e dela resulta a aspiração última e confortante — « Dormirei no teu seio inalterável, / Na comunhão da paz universal, / Morte libertadora e inviolável ! »

Pois força é, pela ordem das coisas, terminar, quando havia que começar, para ter uma ideia do intenso diálogo com Antero que se trava na biografia que dele nos deixou o Dr. José Bruno Carreiro. Por um destino feliz, ela pôde ser escrita em São Miguel e nos Açores, pela pena de alguém que, pelo sentido da vida aqui vivida e pela origem paterna micaelense, foi também e plenamente, um açoriano. Esse açoriano, o Dr. José Bruno Carreiro, conseguiu amorosamente construir o livro de eleição para quem se queira introduzir nos estudos anterianos e indispensável para o anterianista que procure dar uma base biográfica e cronológica segura à sua investigação.

Todavia, devoto da memória de Antero, não se deixou subjugar por ela: nem estética e literariamente, nem na ordem das ideias.

Antero e a sua geração foram, além de temporariamente iberistas, radicalmente anglóforos. O Dr. José Bruno Car-

reiro, no seu livro de 1960 *A Aliança Inglesa*, estuda as relações luso-britânicas e defende a utilidade do instrumento diplomático criado pelo tratado de 1373 entre Portugal e a Inglaterra. Justifica a política de D. Carlos e louva a acção do Marquês de Soveral, que, não obstante as campanhas da imprensa, levaram à Declaração Secreta de 1899, que renovou, então, a aliança luso-britânica.

O Dr. Ruy Galvão de Carvalho já divulgou uma carta de 1930 do Dr. José Bruno Carreiro, em que este último defende o seu ponto de vista sobre a Aliança : sem ela Portugal teria ficado reduzido ao território europeu e os Açores não seriam portugueses, porque os ingleses os teriam ocupado, como ponto estratégico necessário à defesa do seu Império. E José Bruno acrescenta : « Quando em 1898 Portugal começou a negociar em França um empréstimo externo, dando como garantia o rendimento das alfândegas nacionais, logo Londres advertiu Lisboa de que não podia admitir que nessa garantia entrassem as alfândegas açorianas ». Em 1873, correndo boatos de um ataque espanhol a Portugal, o embaixador espanhol em Londres foi advertido pelo governo inglês de que o seu país não podia contar com a indiferença britânica — isto com fundamento nas cláusulas da Aliança. José Bruno não foi politicamente germanófilo (na dimensão política que a conotação adquiriu), nem iberista : a dimensão atlântica de português era nele muito forte.

O sentimento histórico do condicionalismo das épocas e dos homens esteve sempre vivo no seu espírito, pronto a perspectivar, mas livre, segundo convicções próprias, na dialéctica das gerações. Por isso também, ele, que em carta de 1933, ainda ao Dr. Ruy Galvão de Carvalho, escrevia que se entregou aos estudos anteriores para se dedicar a coisas que lhe dessem prazer ao espírito, num « mundo diferente das pequenas porcariazinhas da vida pública », também para fugir a « primários que começavam logo por em matéria de letras irem pouco além do ABC », conseguiu dar-nos uma biografia de Antero de Quental que honra os Açores, por ter sido neles

escrita. Redigiu-a com independência, exigindo de si mesmo objectividade na recolha de documentos, sem recuar mesmo perante os mais delicados, apresentou hipóteses, sem olhar a melindres. Traduz-se nela um aceno do destino, que nos anima a confiar em que não fomos abandonados nem pela Providência nem pelo Espírito.